



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002733-82.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINSTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR,**
 Requerido: **OFELIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR pediu a condenação de **OFÉLIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA** ao pagamento da importância de R\$ 987,81, correspondente ao valor das mensalidades do plano de saúde e de odontologia de agosto a dezembro de 2009, que deixou de pagar.

Citada, a réu não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação da ré, de pagar o valor cobrado.

O autor apresentou planilha de cálculo onde incluiu além das parcelas devidas, o valor das custas processuais e dos honorários advocatícios no importe de 20% do valor devido. O valor das mensalidades devidas com a correção monetária e juros moratórios somam a importância de R\$ 699,19 (v.fl.03).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 699,19, com correção monetária e juros moratórios, subsequentes à data considerada na planilha de cálculo de fls. 03, além das custas e despesas processuais,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de julho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**